

São Paulo, 31 de Agosto de 2021

Ao
Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras 30/06/2021

Em atendimento á Circular 3.964 de 25 de novembro de 2019, encaminhamos as Demonstrações Financeiras data base 30 de junho de 2021, conforme segue abaixo:

- Balanços Patrimoniais em 30/06/2021 e 31/12/2020;
- Demonstrações de Resultado em 30/06/2021 e 30/06/2020;
- Demonstração do Resultado Abrangente em 30/06/2021 e 30/06/2020;
- Demonstrações dos fluxos de caixa em 30/06/2021 e 30/06/2020;
- Demonstrações das mutações de patrimônio líquido em 30/06/2021 e 30/06/2020;
- Notas explicativas da administração; e
- Termos de responsabilidade da administração sobre as demonstrações.

Sem mais, subscrevemo-nos.

Henrique Fernando Lucas
CPF: 013.739.756-95

Sérgio Abellan
CRC 166900/O-5

São Paulo, 31 de Agosto de 2021.

Termo declaratório
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2020

Declaramos ser de nossa inteira responsabilidade a apresentação das Demonstrações financeiras CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda), CNPJ 18.394.228/0001-79, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Henrique Fernando Lucas
CPF: 013.739.756-95

Sérgio Abellan
CRC 166900/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A CEM Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2021. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO
MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE
PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação
social Torres Mendes & Mendes Sociedade de
Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de
Pequeno Porte Ltda)**

Demonstrações financeiras
em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho
de 2020

Em Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda)*Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021*

CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda)

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	30/06/2021	31/12/2020		30/06/2021	31/12/2020
Circulante	937	459	Circulante	2	14
Disponibilidades	433	447	Outras obrigações	2	14
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	Fiscais e previdenciárias	-	2
Relações Interfinanceiras	500	-	Diversas	2	12
Outros créditos	4	12			
Impostos a compensar	4	5			
Devedores diversos	-	7	Patrimônio líquido	936	446
			Capital		
Não Circulante	1	1	de domiciliados no país	500	500
Imobilizado	1	1	Aumento de Capital	500	-
			Reserva legal	6	6
			Reserva especiais de lucros	12	12
			Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(82)	(72)
	938	460		938	460

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a
Empresa de Pequeno Porte Ltda)**
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao
Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda)**

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira	-	1
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	1
Despesas da intermediação financeira	-	3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	3
Resultado bruto da intermediação financeira	-	4
Outras receitas (Despesas) operacionais	(10)	(16)
Outras despesas administrativas	(20)	(16)
Outras receitas operacionais	11	-
Outras despesas operacionais	(1)	-
Resultado operacional	(10)	(12)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(10)	(12)
Lucro líquido do período	(10)	(12)
Número de quotas	500.000	500.000
Lucro líquido do período por quota	R\$ (0,02)	R\$ (0,02)
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis		

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a
Empresa de Pequeno Porte Ltda)**
*Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021*

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE
PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes &
Demonstrações do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)**

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro Líquido:	<u>(10)</u>	<u>(12)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período:	<u><u>(10)</u></u>	<u><u>(12)</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao
Empresa de Pequeno Porte Ltda)**
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021

CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA.
(antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao
Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	(10)	(15)
Lucro líquido	(10)	(12)
Ajustes:		
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(3)
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	<u>(492)</u>	<u>(11)</u>
Títulos e valores mobiliários	-	185
Relações interfinanceiras	(500)	(200)
Operações de crédito	-	3
Outros créditos	8	1
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	<u>(12)</u>	<u>-</u>
Outras obrigações	(12)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(514)</u>	<u>(26)</u>
Aumento de capital	500	280
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>500</u>	<u>280</u>
Aumento em equivalentes de caixa	<u>(14)</u>	<u>254</u>
Equivalentes de caixa		
No início do período	447	2
No final do período	433	256
Aumento em equivalentes de caixa	<u>(14)</u>	<u>254</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a
Empresa de Pequeno Porte Ltda)**
*Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021*

CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda)
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2021	500	-	6	12	(72)	446
Outros eventos:						
Capital Social		500	-	-	-	500
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(10)	(10)
Saldos em 30 de junho de 2021	500	500	6	12	(82)	936
Mutações no período	-	-	-	-	(10)	490
Saldos em 1º de janeiro de 2020	220	-	6	12	(53)	185
Outros eventos:						
Capital Social	-	80	-	-	-	80
Aumento de Capital	-	200	-	-	-	200
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(11)	(11)
Saldos em 30 de junho de 2020	220	280	6	12	(64)	454

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em R\$ Mil)

1 Contexto operacional

A CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda). (CEM), CNPJ nº 18.394.228/0001-79, iniciou suas atividades no ano de 2013, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Rua Antônio Bernardino Muniz, nº143, sala 312, no bairro Centro, na cidade de Contagem, estado do Minas Gerais.

A CEM tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, aprovadas em reunião de Diretoria, realizada em 30 de junho de 2021, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$ 1,00), sendo o Real a moeda funcional da CEM.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A CEM reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor

justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a CEM se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A CEM desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a CEM transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela CEM em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a CEM tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A CEM classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(ii) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a CEM gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) *Contas a receber de empréstimos e financiamentos*

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) *Provisão de devedores duvidosos*

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;

II - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(v) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela CEM na gestão das obrigações de curto prazo.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

A CEM reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a CEM se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A CEM desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(vii) Capital social

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00, e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

d. Imobilizado

d.1 Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

d.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de Processamento de dados	5 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à **CEM** em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a **CEM** identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

f. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

g. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

h. Imposto de renda e contribuição social

A **CEM** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Conta corrente	433	447
Caixa e equivalentes de caixa	433	447

5 Outros Créditos – Impostos a Compensar

Estão representados pelo saldo credor de imposto de renda de anos anteriores no montante de R\$ 4 (em 2020 – R\$ 5).

6 Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Estão representados pelos de PIS, a COFINS e o ISS próprios a recolher, no montante de R\$ - (em 2020 – R\$ 2).

7 Patrimônio líquido

a- Capital social

O capital social é composto por 500.000 (quinhentas mil) de quotas (em 2020 – 500.000), ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço, dando continuidade ao planejamento estratégico da **CEM**.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2021, a sociedade submeteu à homologação do Banco Central do Brasil, um aumento de capital no valor de R\$ 500 com a emissão de 500.000 novas quotas, com recursos financeiros, sendo que na data do balanço, já foram homologados pela autoridade monetária.

b- Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 30 de junho de 2021 não foi constituída reserva legal, devido o prejuízo no período (o mesmo para 2020)

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

A **CEM** possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$ 112 (R\$89 em 30 de junho de 2020), porém não constituiu ativos diferidos desta natureza.

b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	30/06/2021		30/06/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(11)	(10)	(11)	(11)
Adições	-	-	-	-
Exclusões	(1)	(1)	(3)	(3)
Base tributária	(12)	(12)	(14)	(14)
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%)	-	-	-	-
Alíquota IRPJ (10%)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

9 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

10 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela CEM.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

	30/06/2021	30/06/2020
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Rendas de Operações de Crédito	-	-
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	-	1
	-	1

11 Outras Despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesa de processamento	(8)	(7)
Serviços técnicos especializados	(8)	(6)
Outras despesas administrativas	(4)	(3)
Total	<u>(20)</u>	<u>(16)</u>

12 Outras informações

- a. **Provisões para pagamentos a efetuar:** O saldo refere-se a provisões para pagamento de fornecedores referentes a despesas administrativas contratadas, com vencimento no primeiro semestre de 2021.
- b. **Despesas com pessoal e honorários:** Compostas por despesas com pessoal e respectivos encargos sociais.
- c. **Refis** - Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a **CEM** não efetuou operações com refinanciamento de tributários.
- d. **Instrumentos financeiros derivativos** - Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a **CEM** não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

13 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **CEM** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **CEM** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **CEM** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito e Contraparte: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A CEM não efetua aplicações próprias de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela CEM são aplicações de elevada liquidez, como LFT e quotas de fundos de investimento, em condições normais de mercado.

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CEM tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A CEM não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A CEM, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomados ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da CEM na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da CEM realizar o monitoramento (analisar,

aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

A periodicidade do comitê é semanal, todas as sextas-feiras e, inclui a participação dos Diretores de Risco, Compliance, Gestão e mais dois sócios e analistas.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Além disso, são feitas reuniões com os bancos coordenadores da emissão e eventualmente com diretores/gerentes financeiros do emissor. De acordo com metodologia própria o emissor passa a ser qualificado pelo “Score CEM”, que leva em conta o Rating do emissor (fornecido pelas agências de rating), e uma série de indicadores financeiros, que avaliam a instituição quanto a tamanho, liquidez e nível de endividamento.

Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê. O Diretor de risco e outro sócio possuem voto obrigatório com poder de veto. Se aprovado é definido o limite de crédito para a alocação e definição de prazos para revisão e ratios/índices de acompanhamento. Após a aprovação o crédito passa a constar na Matriz de Crédito CEM para consulta e monitoramento

Em relação ao Risco de Contraparte, a CEM busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na CEM, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A CEM é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A CEM busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da CEM e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade da CEM sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a CEM não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a CEM sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras e operações de crédito a receber de clientes conforme demonstrado no balanço patrimonial.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a CEM SCMEPP poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a CEM monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a CEM usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A CEM reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

**CEM SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA. (antiga denominação social Torres Mendes & Mendes Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a
Empresa de Pequeno Porte Ltda)**
*Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2021*

A tabela abaixo apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

30 de junho de 2021

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	-	-	-

30 de junho de 2020

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	-	-	-

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, que são uma aproximação razoável do seu valor justo, e seus níveis na hierarquia de valor justo.

30 de junho de 2021

Ativos/(passivos) financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros Créditos	-	4	-	4
Total ativos financeiros a valor justo	-	4	-	4
Outras Obrigações	-	2	-	2
Total passivos financeiros a valor justo	-	2	-	2

30 de junho de 2020

Ativos/(passivos) financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações de Crédito	-	-	-	-
Outros Créditos	-	12	-	12
Total ativos financeiros a valor justo	-	12	-	12
Outras Obrigações	-	14	-	14
Total passivos financeiros a valor justo	-	14	-	14

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 30 de junho de 2020, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.